

Um paralelo entre o pensamento de Alexis de Tocqueville e a Economia institucional¹

Carlos Eduardo Escobar Bins²

Resumo

O presente trabalho objetiva, em primeiro lugar, demonstrar a importância da contribuição de Alexis de Tocqueville no campo da Economia, para a qual não é concedido, ainda, o devido reconhecimento. Em segundo lugar, através da exposição de elementos presentes tanto na obra de Tocqueville quanto das escolas institucionalistas heterodoxas, os Institucionalistas Originais e os neo-institucionalistas, busca-se pontos de aproximação entre as construções do autor francês e tal abordagem baseada nas instituições. Assim, podemos perceber em ambos, não só a crítica ao pensamento econômico tradicional, mas também a centralidade conferida às instituições, adquirindo nessas abordagens sentidos semelhantes e multidisciplinares.

Palavras-chave: Economia Institucional. Instituições. Alexis de Tocqueville.

1. Introdução

A influência de Tocqueville em campos das demais ciências sociais, ao contrário do observado em relação à economia, foi e continua a ser notável. No século XX, principalmente pela busca de consolidação das ciências sociais, foi encontrada em Tocqueville uma forte referência em diversas disciplinas acadêmicas, como afirmado por Welch (2006):

*“Indeed, in the twentieth century, he was claimed by several academic disciplines as a founding father. Today his work figures prominently in political science, sociology, and history; moreover, it has infiltrated the academic ranks of philosophy and literature.”*³ (p. 3)

¹ Artigo elaborado com base no trabalho de conclusão de curso em Economia realizado no primeiro semestre de 2016, orientado pelo Prof. Dr. Octavio Conceição, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Mestrando em Economia do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – bolsista CAPES.

³ “De fato, no século XX, ele foi considerado por diversas disciplinas acadêmicas como fundador. Atualmente, sua obra aparece com destaque na ciência política, sociologia e história; ainda, foi incluído na classe da filosofia e literatura” (tradução própria)

Faz-se fundamental comentar, entretanto, que a percepção de Tocqueville em relação a temas referentes à economia ainda recebe pouca atenção. Pode-se dizer, assim, que os aspectos referentes à Economia Política nas obras do autor foram, e de certa forma ainda são, negligenciados (DROLET, 2003).

Tal omissão é de certa forma peculiar uma vez que, segundo Swedberg (2006), as duas principais obras do autor, ao expor que as posições

“[...] about Tocqueville’s lack of interest in economics and economic topics are quite strange, given that large parts of Democracy in America and The Old Regime are devoted to the economic life of the United States and France respectively.”⁴ (p. 137)

Seriam infundadas, portanto, as afirmações comuns sobre o desinteresse de Tocqueville em relação à economia.

É necessário, portanto, que se analise a obra deste importante autor nos termos de sua contribuição às ciências econômicas. Buscamos, dessa forma, no presente artigo investigar as possíveis aproximações entre o pensamento de Tocqueville e a Economia Institucional. Para tanto, na seção seguinte faremos uma apresentação das construções da Economia Institucional Original, representada por Veblen, e dos neo-institucionalistas, os institucionalistas contemporâneos que se apresentam como herdeiros da tradição vebleniana e críticos ao *mainstream* econômico, representados por Hodgson. A escolha dessas duas vertentes se devem justamente à oposição ao pensamento ortodoxo, algo presente também na obra de Tocqueville, tornando sua aproximação com a Nova Economia Institucional duvidosa. Na terceira seção, por sua vez, exporemos alguns elementos centrais da obra de Tocqueville, tomando principalmente como base literatura referente ao Democracia na América, e possíveis pontos de convergência entre as abordagens institucionalistas expostas e a do autor em questão. Na quarta seção apresentaremos as considerações finais.

2. A abordagem institucionalista

⁴ “[...] sobre a falta de interesse em economia e tópicos econômicos por parte de Tocqueville causam estranhamento, considerando-se que partes consideráveis de *A democracia na América* e *O antigo regime e a revolução* são dedicados à vida econômica dos Estados Unidos e da França, respectivamente” (tradução própria)

O uso do termo instituição se propagou como reflexo do crescimento observado na Economia Institucional e também pelo uso do conceito de instituição por diversas outras disciplinas. Seu uso, contudo, é antigo no campo das ciências sociais: sua primeira aplicação data de 1725 (HODGSON, 2006). Nelson e Sampat (2001) afirmam, entretanto, que não há uniformidade na aplicação do termo instituição. Segundo Hodgson (2006), no mesmo sentido, não é possível que se determine uma definição unânime do conceito.

Nas palavras de Nelson e Sampat (2001), os usos do termo variam de forma que

“[...] algunos de ellos han optado por definir las instituciones como pautas estandarizadas de comportamiento en dichos contextos, cuando existen esas pautas estandarizadas. Así como algunos autores se han ocupado de contextos de acción diferentes, otros han señalado los diferentes factores o estructuras que regulan y mantienen el comportamiento institucionalizado. Muchos prestan atención a las reglas de juego, otros a las estructuras de gobierno. Y hay otros que miran detrás de la escena e identifican los sistemas de creencias y las normas y símbolos que sirven de soporte para el comportamiento institucionalizado.”⁵ (p. 27)

As abordagens institucionalistas podem ser divididas em três grupos. O primeiro é o grupo dos Velhos Institucionalistas, fundadores do campo acadêmico do institucionalismo. O segundo consiste na reafirmação contemporânea do Institucionalismo ligado aos temas da microeconomia tradicional e por esse motivo chamados de Nova Economia Institucional (NEI). O terceiro grupo, por fim, é o dos teóricos institucionalistas que rejeitam elementos do núcleo duro da economia neoclássica, como o modelo de escolha racional, chamados de neoinstitucionalistas.

Assim, a manutenção ou rejeição dos pressupostos de racionalidade da teoria neoclássica, na perspectiva de Nelson e Sampat (2001), servem como linha divisória fundamental das abordagens institucionalistas atuais. Por outro lado, a visão apontada por Eggertsson (2001), seguindo a divisão de Lakatos (1970) entre os dois componentes de um programa de pesquisa como sendo seu núcleo duro invariável e seu cinturão de proteção variável, *“stable preference, rational choice, and equilibrium structures of*

⁵ “[...] alguns deles escolhem definir instituições como padrões de comportamento em determinados contextos, quando tais padrões existirem. Outros autores se ocupam dos diferentes contextos de ação, outros ressaltam os diferentes fatores estruturais que regulam e mantêm o comportamento institucionalizado. Muitos têm como foco as regras do jogo, outros as estruturas de governos. Outros ainda que buscam atrás dos cenários e identificam os sistemas de crenças e as normas e símbolos que servem de suporte ao comportamento institucionalizado.” (tradução própria).

interaction constitute the hard core of the microeconomic paradigm”⁶ (LAKATOS, 1970 apud EGGERTSSON, 1990, p.5). A diferença consistiria, portanto, na modificação de elementos periféricos ou centrais do paradigma neoclássico.

O Institucionalismo Original foi um notável paradigma entre os economistas estadunidenses, especialmente através dos trabalhos de Thorestein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (HODGSON, 1989). Nesse período de florescimento do pensamento institucionalista tradicional houve, portanto, segundo Nelson e Sampat (2001), uma variedade de abordagens e interpretações. Os autores citam como exemplo o foco de Veblen nas pautas comuns e previsíveis de comportamento de uma sociedade enquanto Commons se concentrou nas transações entre os agentes (NELSON; SAMPAT, 2001).

Sua principal falha enquanto escola de pensamento, segundo Hodgson (1998), foi a falta de concordância e incapacidade de desenvolver um núcleo teórico comum. Ainda, afirma que as mudanças observadas nas ciências sociais na primeira metade do século XX e a tendência de formalização matemática da microeconomia prejudicaram também o desenvolvimento de um pensamento institucionalista (HODGSON, 1998). Por tais motivos afirmou-se, após seu declínio, que o Institucionalismo Original falhou na formulação de uma abordagem viável e sistemática para a teoria econômica. Hodgson (1998) questiona, contudo, tal afirmação sobre a natureza exclusivamente descritiva ou antiteórica ao defender a posição de que:

*“[...] in the writings of Veblen and Commons, there is a strong emphasis on the importance and priority of the tasks of theoretical explanation and theoretical development. Whatever their limitations, the early institutionalists addressed crucial theoretical issues.”*⁷ (p. 166)

Pode-se, no entanto, encontrar um elemento comum à obra dos antigos institucionalistas: a rejeição do uso generalizado dos modelos com funções de preferências dadas (HODGSON, 1998). Assim, proclama-se a ideia de que na análise econômica não se pode sempre considerar o indivíduo como dado. Hodgson (1998) afirma, dessa forma, que tais teóricos defendiam o entendimento do indivíduo como

⁶ “preferências constantes, escolha racional e estruturas de interação de equilíbrio formam o núcleo duro do paradigma microeconômico” (tradução própria)

⁷ “nas obras de Veblen e Commons há um forte destaque à importância e prioridade aos esforços teóricos de explicação e desenvolvimento teórico. Quaisquer que sejam suas limitações, o institucionalismo inicial lidava com importantes temas teóricos” (tradução própria)

produto e produtor de suas circunstâncias. O pensamento de tal escola surgiu, em grande medida, como uma crítica aos pressupostos da ortodoxia econômica. Nos termos de Hodgson (1993, p. 13) “*what marks the ‘old’ institutionalism is its rejection of the ontological and methodological presumptions of classic liberalism.*”⁸

Ainda, Hodgson (1993) afirma que Veblen se posiciona criticamente em relação às suposições ortodoxas não só pelo seu irrealismo, mas também por serem inapropriadas ao objetivo teórico pretendido - a análise das mudanças e transformações das economias modernas. Contudo, declara também que a economia neoclássica tinha como base uma

*“faulty conception of human nature’ wrongly conceiving of the individual ‘in hedonistic terms; that is to say, in terms of a passive and substantially inert and immutably given human nature”*⁹ (VEBLEN, 1919 *apud* HODGSON, 1993, p. 15)

Ademais, Hodgson (1989) propõe que a frase clássica de Veblen sobre a “*lightning calculator*” implica uma crítica à não consideração dos problemas do cálculo global de maximização por parte dos teóricos neoclássicos. Ele rejeita, dessa forma, o cálculo contínuo e o ajuste marginal por parte do agente da teoria neoclássica para enfatizar a inércia e o hábito (HODGSON, 1989).

Em relação à definição de instituições, Hodgson (1998) afirma que tanto para os institucionalistas originais quanto para os novos institucionalistas críticos à ortodoxia, são incorporadas não só organizações como empresas, bancos e universidades, mas também entidades sociais integradas e sistemáticas como a moeda, a língua e as leis. Reproduz, para tanto, o conceito de instituições como “*a way of thought or action of some prevalence and permanence, which is embedded in the habits of a group or the customs of a people.*”¹⁰ (HAMILTON, 1932 *apud* HODGSON, 1998). Enfatiza, do mesmo modo, que o entendimento de Veblen e Commons se dava pela compreensão das instituições como uma forma particular de estrutura social, com a capacidade de modificar os agentes, inclusas suas preferências ou objetivos (HODGSON, 2006),

⁸ “o que caracteriza o ‘velho’ institucionalismo é a rejeição dos pressupostos ontológicos e metodológicos do liberalismo clássico” (tradução própria)

⁹ “concepção deficiente de natureza humana concebida erroneamente do indivíduo em condições hedonistas; isso equivale a dizer, em condições de uma natureza humana passiva e substancialmente inerte e imutável” (tradução própria)

¹⁰ “uma forma pela qual um pensamento ou ação com algum predomínio e continuidade, que é *embedded* nos hábitos de um grupo ou nos costumes de um povo” (tradução própria)

Desenvolveu-se, portanto, uma concepção drasticamente distinta de ação humana centrada nos hábitos. Tanto os hábitos quanto as regras, dessa forma, são percebidos como essenciais (HODGSON, 1998). Os economistas institucionalistas de herança vebleniana entendiam que as instituições “*work only because the rules involved are embedded in shared habits of thought and behavior*”¹¹ (HODGSON, 2006). Nota-se também a importância das implicações dessa percepção, segundo Hodgson (1998), para as análises micro e macroeconômicas ao romper com elementos centrais da interpretação predominante nesses dois campos.

Outro ponto central no pensamento de Veblen, como posto por Hodgson (1989), é sua pioneira contribuição para a análise evolucionária nas ciências sociais. Nesse sentido

*“Veblen put great stress both on the processes of economic evolution and technological transformation, and the manner in which action is moulded by circumstances.”*¹² (HODGSON, 1989, p. 262)

Ao mesmo tempo em que tais circunstâncias são também moldadas e modificadas pelas evoluções e transformações. Assim sendo, Veblen sugere o modelo evolucionário que possibilita “*both continuity and change, both inertia and novelty*”¹³ (HODGSON, 1998).

John Commons, por sua vez, é reconhecido por Hodgson (1998) como uma influência essencial na obra de Herbert Simon¹⁴ e da economia comportamental e também na análise da nova economia institucional de Williamson. Nelson e Sampat (2001) ressaltam, não obstante, que mesmo que Commons aceite que o surgimento de normas, costumes e regras possa se dar de forma espontânea, seu foco é concentrado na ação governamental consciente por meio das leis e tribunais na solução de conflitos entre as instituições.

Os neoinstitucionalistas, por sua vez, propõe uma construção teórica que busca retornar ao caminho dos velhos institucionalistas norte-americanos. Nelson e Sampat (2001) definem esses autores como um grupo com posição teórica mais radical no posicionamento, no sentido de que defendem a necessidade de explicação dos

¹¹ “agem apenas porque as regras envolvidas são *embedded* em hábitos de pensamento e comportamento compartilhados” (tradução própria)

¹² “Veblen dá importante ênfase tanto no processo de desenvolvimento econômico quanto na transformação tecnológica, e os meios pelos quais a ação é modelada pelas circunstâncias” (tradução própria)

¹³ “tanto contituidade quanto mudança, tanto inércia quanto inovação” (tradução própria)

¹⁴ É feita aqui referência a obra “*Models of man: social and rational*” de 1957.

pressupostos relativos às preferências nos modelos, abandonando-se assim a lógica tradicional neoclássica. O distanciamento da ortodoxia se dá, segundo David (1994), subvertendo a percepção histórica dos economistas, abandonando a ideia de que o arranjo presente pode ser explicado por ele próprio pelas suas finalidades presentes ou futuras.

A agenda de pesquisa de tais autores, portanto, se aproximaria da perspectiva sociológica pela construção social das crenças e valores, e da ciência política pela análise das estruturas e seus papéis nas decisões coletivas (NELSON; SAMPAT, 2001). Nesse sentido, entende-se que o comportamento individual segue um padrão regular, levando à necessidade de distinção das instituições como pauta particular de comportamento, como as regras, normas e estruturas que regulam tal comportamento ou ainda como o contexto social e cultural no qual as regras tomam forma. Hodgson (1998) define, assim, que o institucionalismo usa psicologia, antropologia, sociologia e outras investigações sobre o comportamento como base. Observa-se assim uma construção teórica interdisciplinar.

A economia neoinstitucionalista não pretende, dessa forma, desenvolver uma teoria geral, mas sim uma série de conceitos e ferramentas teóricas com as quais os casos específicos podem ser abordados (HODGSON, 1998). As particularidades de cada economia e ambiente institucional são consideradas na formulação dessas teorias e ideias. Uma definição ampla de instituições deve, nessa perspectiva, abarcar as ideias de que envolvem a interação entre os agentes, que todas compartilham certas características e conceitos e rotinas comuns, que são mantidas e mantêm ideias e expectativas compartilhadas, que apresentam durabilidade, persistência no tempo e são *self-reinforcing* e que incorporam aspectos valorativos de modo que reforçam sua própria legitimação.

A racionalidade dos agentes também é entendida em termos distintos, devido aos efeitos de informação incompleta e à impossibilidade de realização do cálculo maximizador. Hodgson (1989) define uma racionalidade, limitada como definida por Simon, de forma que o agente busca uma solução satisfatória através de um mínimo aceitável. Ao mesmo tempo, o papel dos hábitos nas escolhas é ressaltado. Hábitos, nesse sentido, são definidos como

“a largely non-deliberative and self-actuating propensity to engage in a previously adopted pattern of behavior. A habit is a form of self-

*sustaining, nonreflective behavior that arises in repetitive situations.*¹⁵ (HODGSON, 1998, p. 178).

Ainda sobre os hábitos, Hodgson (1998) coloca que quando eles se tornam frequentes em uma comunidade ou sociedade eles se desenvolvem como uma rotina ou costume. Estes, por sua vez, formam as instituições. Os hábitos e as rotinas agem preservando o conhecimento de um grupo ou sociedade transmitido pelas instituições. É observado portanto um círculo no qual as instituições agem sobre os indivíduos e os indivíduos agem sobre as instituições, modificando-se e influenciando-se mutuamente. O ator e a estrutura estão, ainda que de formas distintas, conectados em um círculo de interação e interdependência mútua (HODGSON, 1998).

As instituições econômicas são formadas pelos hábitos, como expressos acima, pelas funções e pelo comportamento convencional. Hodgson (1998) defende, por exemplo, que no institucionalismo os próprios preços devem ser entendidos como convenções, reforçados pelos hábitos e incorporados nas instituições, dependendo, por conseguinte, do tipo de mercadoria, os modos de determinação dos preços e das demais instituições. Sobre estas, Hodgson (1998) faz uma série de observações gerais em relação à sua abordagem. Primeira, ressalta que a ênfase em fatores institucionais e culturais proposta não pode ser observada na teoria econômica convencional. Segunda, a teoria proposta é declarada intencionalmente multidisciplinar, absorvendo influências da política, sociologia, psicologia, entre outras. Terceira, aplica uma concepção do agente individual baseada na primazia dos hábitos e nas inovações imprevisíveis. Quarta, reconhece o papel das técnicas e análises matemáticas e estatísticas como instrumentos e não o componente principal da teoria econômica. Quinta, a investigação parte assim não de modelos matemáticos, mas de fatos estilizados e pressupostos teóricos baseados em relações causais. E por fim, sexta, faz-se amplo uso de comparações históricas e empíricas em relação as instituições socioeconômicas.

Essas mesmas características devem ser levadas em conta na decisão de que fatores e que tipos ideais devem ser utilizados para determinada análise. A solução reside, segundo Hodgson (1998), justamente na metodologia adotada, de forma que seja possível

“[...] to distinguish between the general and the specific aspects of any given phenomenon. By making this distinction, and perhaps by using

¹⁵ “amplamente não deliberados e com propensão self-actuating para reproduzir em padrões de comportamento anteriormente adotados. O hábito é uma forma de auto-sustentação não reflexiva que resulta de situações repetitivas” (tradução própria)

*comparative material from other socio-economic systems, it is possible to construct and develop hypotheses concerning the key causal linkages behind the observed phenomena.*¹⁶ (HODGSON, 1998, p. 174).

Nesse sentido, devido à maior estabilidade temporal das instituições, que se mantêm mais consistentes por longos períodos em relação aos indivíduos, sua escolha como unidade de análise é usualmente justificada.

As instituições são consideradas, logo, como as estruturas mais importantes na esfera social. Na definição de Hodgson (2006), as instituições são

*“systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners, and firms (and other organizations) are thus all institutions”*¹⁷ (HODGSON, 2006, p. 2).

São, assim, tanto as concepções mentais subjetivas dos agentes quanto as estruturas objetivas por eles enfrentadas (HODGSON, 1998). Instituições tem um duplo papel de restringir o comportamento como possibilitá-lo. As regras limitam as escolhas, ao passo que a essas mesmas limitações podem ensejar condutas que sem elas não ocorreriam. As instituições não apenas possibilitam ou restringem comportamentos, elas atuam também modificando os anseios e expectativas em relação ao comportamento alheio, sendo estas ainda responsáveis pela durabilidade dos arranjos ao ordenar os pensamentos e atividades consistentemente. A forma em que as instituições podem ser observadas, em decorrência, é através do *manifest behavior*, dependendo dos pensamentos e ações individuais, sem se limitar a eles. (HODGSON, 2006).

Os hábitos, por sua vez, são definidos como a disposição de realizar um comportamento ou pensamento anteriormente adotado ou adquirido, quando estimulado pelo contexto ou situação conveniente. Dessa forma, o hábito é a matéria que forma as instituições, dotando-as de seu caráter durável, seu poder e autoridade normativa, ao passo que a autoridade normativa e o conformismo com tais hábitos deriva da reprodução dos hábitos compartilhados, sendo assim a base dos costumes (HODGSON, 2006).

¹⁶ “[...] diferenciar entre os aspectos gerais e específicos de um determinado fenômeno. Ao fazer tal distinção, e talvez utilizando material comparativo de outros sistemas sócio-econômicos é possível construir e desenvolver hipóteses a respeito das importantes relações causais por trás dos fenômenos observados” (tradução própria)

¹⁷ “sistemas de regras sociais estabelecidas e predominantes que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, leis, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa e firmas (e outras organizações) são, deste modo, todas instituições” (tradução própria)

Para tornar-se regra, o hábito precisa conquistar capacidade normativa, ser codificável e ser prevacente entre um grupo. As regras são definidas por Hodgson (2006) como uma determinação ou disposição normativa transmitida socialmente que determina a ação a ser seguida em determinada circunstância, como normas de comportamento, convenções sociais ou ainda regras legais. São ditas transmitidas socialmente porque dependem da existência de uma estrutura social, que inclui todas as relações sociais, tanto as desprovidas de regramentos quanto as instituições sociais. Pode-se perceber as regras, assim, através das convenções, que são os exemplos particulares dessas regras.

A diferença entre regras e normas se dá pelos diferentes meios de obrigação impostos aos indivíduos, aquelas envolvendo uma conformidade explícita derivada de uma autoridade e aplicação de sanções e estas envolvendo aprovação ou desaprovação (HODGSON, 2006). As leis, ainda, para se tornarem regras, precisam passar a ser habituais.

Por fim, as organizações são definidas nos termos de Hodgson (2006) como um subconjunto especial das instituições por envolverem coordenação deliberada e princípios reconhecidos de *sovereignty and command*. Há, portanto, necessidade de que existam critérios que distingam os membros dos não membros, regras de soberania definindo as estruturas de comando que determinem as responsabilidades no interior da organização.

Enfatiza-se, sendo assim, que as instituições, tanto como estruturas objetivas e como fontes subjetivas da ação humana (HODGSON, 2006), propiciam a conexão entre o real e o ideal. Ainda, todas as instituições dependem de outras instituições para que se formem e se mantenham, e todos os indivíduos tomam forma em um mundo no qual as instituições já existentes os confrontam com suas manifestações.

3. A obra de Tocqueville e sua aproximação com a abordagem institucionalista

Em relação à economia, Swedberg (2006) afirma que havia diversas abordagens possíveis durante o período no qual Tocqueville escreveu suas obras. Isso se deve ao próprio processo de formação das ciências econômicas, intervalo no qual as interpretações não haviam sido consolidadas como predominantes. John Stuart Mill, por exemplo, publicaria sua obra "*Principles of Political Economy*" em 1848, treze anos após

a publicação do primeiro volume de “A Democracia na América”, e “A Riqueza das Nações” foi impressa apenas 59 anos antes, em 1776.

A economia era objeto de interesse de Tocqueville, de acordo com Drolet (2003), devido ao papel central que conferia a esta na sua proposta de “*new science of politics*”. Entendia que era necessário que se compreendesse os temas econômicos devido a sua importância fundamental no estudo das sociedades e dos governos.

Dessa forma, Tocqueville se posiciona também sobre sua perspectiva normativa de como deveria ser construída a ciência econômica. Afirma, assim, numa discussão bastante importante sobre a condição das ciências sociais, colocando-se contra o entendimento de Say, que o status da economia não pode ser equiparado ao das ciências naturais (DROLET, 2003). Tal discordância implica, portanto, consequências importantes na forma de pensar e apresentar as ideias de Tocqueville.

Da mesma forma, Tocqueville criticava também John Stuart Mill e a ideia do *homo economicus*. Sustenta, segundo Swedberg (2006), que a economia não pode ser isolada, devendo ser entendida como parte do contexto mais amplo da sociedade. Ainda, desaprova a ideia de Mill, como afirmado por Swedberg (2009), ressaltando a importância das ideias e da moral na vida econômica, opondo-se à concentração dos economistas de sua época aos aspectos materiais.¹⁸

Discorda também da afirmação de Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, de que as ações auto-interessadas de todos os indivíduos convergem para o bem comum devido à existência de uma harmonia de interesses (BOESCHE, 1983).¹⁹ Elster (2009) vai além e afirma que “há uma tensão entre o que é racional do ponto de vista do indivíduo e o que é bom para a coletividade”. Utiliza coletividade aqui não apenas como soma dos membros de uma sociedade, mas também como cidadãos de um mesmo país. Posiciona-se, por conseguinte, segundo Boesche (1983), ceticamente em relação à defesa do livre comércio.

Faz-se necessário agora que se esclareçam as principais variáveis utilizadas por Tocqueville nas suas análises. Nesse sentido, tanto Swedberg (2009) quanto Elster (2009)

¹⁸ Tocqueville escreve em uma carta: “*While all the efforts in political economy seem today to be in the direction of materialism, I would like the policy of the journal to be to emphasize the most immaterial side of this science, to try to introduce ideas and moral feelings as elements of prosperity and happiness, to try to rehabilitate the spiritual dimension in politics and make it popular by making it useful.*” (SWEDBERG, 2009 p.3)

¹⁹ No jornal *Le Commerce*, cita Boesche (1983), do qual Tocqueville era um dos editores, foram publicados artigos com trechos bastante críticos do liberalismo, como: “*In sum, misery is a hereditary evil in our social state. Each generation receives it and carries it forward to pass on to those who follow.*” e “[...] *laissez-faire and laissez-passer invariably mean nothing less than laissez-souffrir and laissez-mourir.*”

afirmam que os conceitos centrais na obra de Tocqueville são “*mores*”, “*institutions*” e o “*social state*”, isto é, se a sociedade é caracterizada como democracia ou aristocracia, no sentido utilizado pelo autor. A definição de democracia para Tocqueville é dada através do compartilhamento crescente dos recursos, inclusive os de natureza econômica, ao passo que a definição de aristocracia é oposta, no sentido de que os recursos, em tal estado social, são controlados por uma elite pouco numerosa. (SWEDBERG, 2009).

Sobre o sentido atribuído ao termo instituição, Swedberg (2009) argumenta que Tocqueville o usava basicamente em dois sentidos distintos. O primeiro no sentido de leis e constituições e o segundo no sentido de leis e constituições apoiados pelos “*mores*”. “*Mores*”, por sua vez, são definidos como ideias, opiniões, hábitos, entre outros. Welch (2006) afirma, assim, que *mores* teriam natureza informal, ao passo que instituições teriam natureza formal, chamando aqueles de “*habits of the heart*”.

Elster (2009) afirma, ainda, que na perspectiva de Tocqueville, os “*mores*” são superiores às instituições em importância explicativa. Swedberg (2009), por sua vez, escreve que as instituições, apoiadas nos “*mores*”, são o núcleo da sociedade e que são, também, o elemento que a mantém coesa. Ainda, Swedberg (2009) enfatiza que em sua análise da sociedade estadunidense Tocqueville considera a importância central dos dois fatores acima citados, “*mores*” e “*institutions*”, e também da geografia do continente americano, com papel secundário. Assim, é interessante notar que confere importância aos aspectos naturais, através da geografia, mas não os considera a causa determinante ou decisiva, como muitos autores de sua época.

Na análise da obra “A democracia na América” é importante, primeiramente, ressaltar a crítica de Tocqueville às interpretações da democracia por ele consideradas nocivas: os panteístas e os historiadores da democracia (WELCH, 2006). O primeiro grupo apresentaria o defeito de ignorar as diferenças entre indivíduos ao compreendê-los como uma unidade, enquanto o segundo grupo falharia ao ignorar os indivíduos ao entender a história como produto de condições gerais. Tocqueville, em oposição, segundo Welch (2006), toma como base um método que considera as implicações das práticas descritas na obra, e não alguma teoria da natureza humana.

Há, também na obra de Tocqueville, segundo a análise de Welch (2006), duas distinções importantes. Na primeira delas:

[...] Tocqueville used the phrase “civil society” (société civile) to distinguish a socio-cultural realm of ideas, feelings, and habits

(moeurs) from the institutions and practices of government (le monde politique).”²⁰ (WELCH, 2006, p.217).

A segunda, por sua vez, é ressaltada pela informalidade dos hábitos e costumes em oposição à formalidade das leis. Dessa forma, Swedberg (2009) salienta que na perspectiva de Tocqueville, a dita “”revolução democrática” precisava, para prosperar, ser acompanhada por mudanças em leis, hábitos, costumes e nas próprias mentalidades, sendo incorporadas tanto na cultura da sociedade quanto na sua vida política. São, assim, as principais unidades de análise na obra sobre o país americano os costumes, as leis e o estado social (ELSTER, 2009).

É necessário, também, ressaltar o sentido no qual Tocqueville utiliza os termos democracia e aristocracia na sua análise. Ambos os termos são entendidos na forma de “estado social”, não no sentido tradicional posteriormente estabelecido de forma de governo. Welch (2006) afirma que desse modo os homens em uma nação podem ser compreendidos como semelhantes, caracterizando uma democracia, ou como diferentes, caracterizando uma aristocracia. Assim, estes dois casos consistiriam em extremos de um modelo analítico do comportamento humano em distintos estados sociais. O estado social para Tocqueville, segundo Welch (2006), é tanto consequência quanto causa, de forma que “*is a product of both fact and laws that then becomes the ‘first cause’ of most of the laws, customs, and ideas that regulate nations.*”²¹ A análise do estado social, por conseguinte, é multidimensional, mesmo que esteja baseada na ideia de movimento da sociedade em direção à igualdade, ela discute também aspectos geográficos, históricos, sociais, políticos, religiosos, psicológicos, culturais e econômicos (WELCH, 2009, p. 132).

Cada um dos principais focos de análise na obra ocuparia o espaço como exemplo de um estado social específico: os Estados Unidos como uma democracia, a França como o estado de transição entre democracia e aristocracia e a Inglaterra como uma aristocracia (WELCH, 2006). Seriam esses três países, ainda, os principais objetos de comparação no primeiro volume de “A democracia na América”, com os Estados Unidos e França recebendo o maior número de referências, com a Inglaterra ocupando um espaço menor.

²⁰ “Tocqueville usa os termos ‘sociedade civil’ (*société civile*) para diferenciar o domínio sócio-cultural das ideias, sentimentos e hábitos (*moeurs*) das instituições e práticas de governo *government (le monde politique)*.” (tradução própria)

²¹ “é um produto de tanto dos fatos e das leis que passa a ser a ‘causa primeira’ de muitas das leis, costumes e ideias que regulam as nações” (tradução própria)

Tocqueville apresenta tanto uma análise histórica baseada nesse mesmo modelo de polaridade entre igualdade e desigualdade de condições quanto das mudanças sociais da época na qual escrevia (WELCH, 2006). Decorre, portanto, segundo Swedberg (2009) e Benoît e Keslassy (2009), a apresentação de Tocqueville sobre a evolução da igualdade social e econômica observada nos sete séculos anteriores à publicação de sua obra em 1835. O estado social aristocrático é definido, dessa forma, como um estado no qual a posse dos recursos se dava por parte de uma pequena elite e o poder, tanto político quanto econômico, era derivado da propriedade da terra (SWEDBERG, 2009). A desigualdade na sociedade aristocrática estava, assim, refletida nos hábitos e costumes, e a aristocracia formava de fato uma casta nos Estados monárquicos da Europa Ocidental (BENOÎT E KESLASSY, 2009).

O estado social democrático, em oposição, era definido por Tocqueville, segundo Swedberg (2009), pela igualdade de condições. No seu desenvolvimento, os recursos passam por um processo de igualitarização, passando a ser cada vez mais compartilhados por um número crescente de membros da sociedade. Surgem ainda durante o processo *“new forms of property [...] as have the new economic activities that we today call commerce and industry.”*²² (SWEDBERG, 2009, p. 16). As implicações econômicas desse processo de democratização são expressas também através da sua importância

*“on the development of manufacturing, on economic change, on the rise of new industrial classes, especially the manufacturing aristocracy and the industrial working class, on the economy of scale, on the specialization or division of labor, on the impact of democracy on wages, rents, and leases.”*²³ (WELCH, 2006, p.133).

Dentre esses efeitos apresentados a autora aponta, por exemplo, a transformação dos cidadãos em consumidores. Mesmo assim, devido ao período em que a obra de Tocqueville foi escrita - a primeira metade do século XIX - a própria distinção entre comércio e indústria não é clara, uma vez que ele compreende o papel central do comércio no processo de democratização, mas não incluiu de forma integral a manufatura no seu modelo, não percebendo suas potencialidades (WELCH, 2006). Por outro lado, Benoît e

²² “[...] novas formas de propriedade [...] como também novas atividades econômicas que hoje são chamadas de comércio e indústria” (tradução própria)

²³ “no processo de desenvolvimento da manufatura, da mudança econômica, no crescimento das novas classes industriais, especialmente na aristocracia manufatureira e a classe trabalhadora industrial, nas economias de escala, na especialização e divisão do trabalho, nos impactos da democracia nos salários e aluguéis” (tradução própria)

Keslassy (2009) interpretam a obra de Tocqueville de forma que afirmam que seu entendimento do “*phénomène de la montée de l’industrialisation comme consubstantiel au nouvel état social démocratique*”²⁴ (BENOÎT E KESLASSY, 2009, p. 71).

Benoît e Keslassy (2009) afirmam, ademais, que na obra do autor francês está expresso que a democracia, tanto no âmbito social quanto no econômico, e uma mobilidade social somada de um maior bem-estar nos Estados Unidos implicaram um desenvolvimento baseado na indústria. A agricultura atuaria como fator estabilizador do processo e com ganhos relativamente inferiores, passando, portanto, a assumir uma nova forma, se aproximando por este processo da organização industrial (BENOÎT E KESLASSY, 2009). Ocorreria também, devido a esse processo, o deslocamento de parcelas populacionais do setor agrícola para a indústria e o comércio (SWEDBERG, 2009).

As práticas econômicas teriam, ademais, influência em outros aspectos da vida social, na compreensão de Swedberg (2009), através do transbordamento demonstrado pelo surgimento de novos termos e palavras adequados ao novo estado social e à industrialização e pela a literatura, as artes e as ciências que passam a ser percebidas nos Estados Unidos como fonte de renda. Há, também, no entendimento de Elster (2009), um importante transbordamento da política para a economia, de forma que a democracia, entendida nos termos de Tocqueville, tem sua mais notável contribuição no campo econômico e não no político, campo no qual o processo tem origem.

Na construção de uma Economia Política própria a Alexis de Tocqueville, Swedberg (2009) estabelece o que seriam os quatro pontos centrais sobre o tema em “A democracia da América”, quais sejam: i) o consumo de massa de bens democráticos, ii) a importância crescente do comércio e dos costumes comerciais, iii) o uso crescente de associações e organizações para fins econômicos e iv) o papel do Estado (p. 18).

Ainda, Tocqueville salienta a velocidade na qual as transformações se davam na sociedade estadunidense e como tais mudanças eram interpretadas, muitas vezes, de forma positiva. Swedberg (2010) afirma, sobre isso, que

“People moved from one job to another, from one part of the country to another, and they continuously pushed west. Americans enjoyed speed and had a ‘love for fast pleasures.’; They saw change as

²⁴ “fenômeno do crescimento da industrialização como consubstancial ao novo estado social democrático” (tradução própria)

something positive—the idea of the new . . . is coupled with what is better.”²⁵ (p. 12).

A democracia era percebida pelos próprios agentes econômicos como instável. As relações temporárias, por isso, seriam estabelecidas através de contratos de curto prazo (SWEDBERG, 2009). Ademais, essas características, somadas à estrutura de classes e à centralidade de economia na vida americana, na interpretação de Swedberg (2009), explica o caráter inovativo dos estadunidenses apresentado por Tocqueville.

Para exemplificar a importância de tais práticas, Tocqueville usa o caso do transporte transatlântico. Ele inicia sua exposição assumindo que o preço mais baixo cobrado pelos navegadores estadunidenses se devia à velocidade menor com a qual estes realizavam tal travessia em relação às embarcações europeias. (SWEDBERG, 2009). A resposta proposta evoca os hábitos intelectuais e morais dos marinheiros, no sentido de agirem de forma mais arriscada, de modo que Tocqueville afirma inclusive que “*there is something heroic about the way Americans do business*”²⁶ (SWEDBERG, 2009, p. 24).

Os hábitos comerciais dos americanos se relacionam também com a importância das associações e organizações comerciais, uma vez que aqueles incentivavam que todos se envolvessem nesses assuntos (SWEDBERG, 2009). Era, assim, surpreendente, na descrição de Tocqueville, o número de pequenas firmas existentes naquela região.

Não obstante, é importante que se defina o sentido no qual Tocqueville utiliza os termos organização e associação. Nota-se que a distinção entre ambos não é clara e as duas palavras são recorrentemente usadas com o mesmo sentido e a definição comum, nas palavras de Swedberg (2009) é que “*links the efforts of divergent minds and vigorously propels them toward a single goal, which it unambiguously designates.*”²⁷ (SWEDBERG, 2009, p. 27). Numa democracia, Tocqueville ressalta ainda, que tais associações são de caráter voluntário, devido à vontade dos indivíduos que as formam de tornar seu objetivo compartilhado conhecido pelos demais, ao contrário das associações aristocráticas, que eram de alguma forma hereditárias (WELCH, 2006). Tais organizações voluntárias, por sua vez, são divididas em duas categorias: as políticas e as civis.

²⁵ “As pessoas mudam de um trabalho para outro, de uma região do país para outra, e continuamente moviam-se para o Oeste. Americanos apreciavam a rapidez e possuíam um ‘amor pelos prazeres rápidos’; viam as mudanças positivamente – ‘a ideia de que o novo... é unida com o que é bom’ (tradução própria)

²⁶ “há algo de heroico no modo com o qual os americanos fazem negócios” (tradução própria)

²⁷ “une os empenhos de mentes divergentes e vigorosamente os impulsiona em direção a um objetivo comum, que inequivocadamente indica” (tradução própria)

As organizações políticas para Tocqueville, como apresentadas por Welch (2006), são grupos de pessoas unidas pela defesa de alguma doutrina, opinião política ou pela intenção de atingir objetivos políticos pontuais, e incluem tanto grupos dedicados a finalidades específicas quanto partidos políticos. Nesse mesmo sentido, organizações civis são as “*real schools of joint action and civic virtue*”²⁸ (WELCH, 2006, p. 232) e incluem empresas manufatureiras e industriais, igrejas, clubes, organizações sociais e profissionais, morais, de diversos tamanhos e objetivos, e também a imprensa. As empresas, especificamente, se beneficiavam de sua natureza associativa devido à menor dependência de agentes individuais e à dissolução das responsabilidades, e agiram como importantes meios de mudanças. O próprio mercado, na interpretação de Smith (2010), é baseado em princípios associativos assentados sobre fundamentos psicológicos e morais.

As funções desempenhadas pelo Estado norte-americano são de grande importância para Tocqueville, posto que havia uma multiplicidade de organizações possíveis para o Estado e a escolha dentre essas possibilidades era determinante para seu papel econômico (SWEDBERG, 2009). A principal atribuição da administração pública destacada nessa análise seriam as obras de infraestrutura. A maior parte dessas obras seria, contudo, realizada por uma combinação de agentes públicos e privados (WELCH, 2006). O sistema americano evita, dessa forma, o risco de se desenvolver tal setor sob o controle de um pequeno número de empresas privadas ao mesmo tempo em que evita a centralização administrativa, considerada demasiada pelo autor, de um Estado como principal agente econômico em uma sociedade, segundo a interpretação de Swedberg (2009). Consequentemente, tanto as responsabilidades quanto ao risco e os investimentos seriam compartilhados, conforme a exposição de Welch (2006) entre esses agentes, permitindo a realização de grandes obras.

A análise de Tocqueville baseada na transição da aristocracia para a democracia não é, contudo, determinista. As possibilidades dos caminhos sociais e econômicos não consistiam em um futuro único, mas permitiam “*to capture as well as to express a complex and contradictory reality*”²⁹ (SWEDBERG, 2009, p. 37). O próprio avanço da democracia pode levar, nessa análise de Tocqueville dos Estados Unidos, tanto para o avanço das igualdades ou para a formação de uma nova casta aristocrática formada pelos capitalistas industriais (BENOÎT E KESLASSY, 2009). Ele aponta, também, segundo Welch (2006), a possibilidade de brutalização dos trabalhadores. Ainda, há grupos que

²⁸ “verdadeiras escolas de ação conjunta e virtude cívica” (tradução própria)

²⁹ “capturar assim como representar a complexa e contraditória realidade” (tradução própria)

Tocqueville não consegue incluir de maneira clara no seu modelo analítico e representariam exceções ao quadro de uma economia democrática conforme descrito acima, notadamente os nativos americanos, os afro-americanos, as mulheres e os pobres (SWEDBERG, 2009).

Para se buscar uma aproximação entre as ideias apresentadas na obra “A democracia na América” e o pensamento institucionalista é preciso, primeiro, que se apresente as bases de percepção da ação humana sobre as quais tais perspectivas estão assentadas. Separamos, portanto, as abordagens em uma próxima aos termos clássicos de racionalidade e informação e outra crítica a ela (EGGERTSSON, 1990; NELSON; SAMPAT, 2001). Temos, assim, de um lado o grupo apresentado na segunda seção do capítulo acima, na primeira classificação, ao passo que os outros dois se enquadram na segunda.

O pensamento de Tocqueville, nesse sentido, se opõe aos pressupostos clássicos. Discorda de Adam Smith ao afirmar que os interesses individuais são divergentes, de forma que a ação interessada de um indivíduo não implicaria necessariamente para o bem coletivo (BOESCHE, 1983). O auto interesse, por si só, é considerado não como algo dado ou espontâneo (WELCH, 2006). Ainda, é crítico do foco exclusivo dos economistas de sua época aos aspectos materiais da vida humana, ignorando os aspectos morais (SWEDBERG, 2009). A própria existência humana, na interpretação de Tocqueville, é concebida como dotada de uma dimensão material e outra ideal. Se posiciona, portanto, como contrário ao conceito de homem econômico e à análise dos fenômenos econômicos, separando-os dos demais fenômenos sociais (SWEDBERG, 2006). Seu pensamento estaria baseado, por conseguinte, nas palavras de Welch (2006), não na formulação de um entendimento da natureza humana, mas sim na análise das consequências de práticas observadas em diferentes contextos.

As ações humanas, incluindo-se as escolhas de natureza econômica, devem ser entendidas também através de determinantes, além das preferências individuais, como pelos hábitos e as instituições. Assim, é possível, de certa maneira, inserir o pensamento de Tocqueville em uma tradição de pensamentos e teorias que enfatizam o aspecto social e de relações entre os agentes e a necessidade de compreensão da economia inserida no contexto mais amplo da sociedade. Segundo Welch (2006), não é possível na perspectiva de Tocqueville considerar a totalidade dos indivíduos como um grupo indiferenciado. A unidade básica na sua observação não é, portanto, nem exclusivamente no indivíduo, nem exclusivamente na coletividade.

A possibilidade de convergências entre o pensamento de Tocqueville e os institucionalistas precisa, portanto, ser feita partindo dessa discordância, de modo que o foco consistirá nos Velhos Institucionalistas e os neo-institucionalistas. Isso porque os primeiros construíram seu pensamento justamente como uma crítica à ortodoxia (HODGSON, 1993). O segundo grupo, por sua vez, porque se estabelece como herdeiro dessa tradição institucionalista, ao renunciar os elementos centrais constitutivos da lógica neoclássica (NELSON; SAMPAT, 2001).

É necessário, assim, entender como as definições de instituições utilizadas pelos Velhos Institucionalistas e pelos neo-institucionalistas são apresentadas e como se relacionam com as definições presentes na obra “A democracia na América”.

A definição de instituições para os Velhos Institucionalistas seria, portanto, no sentido de meios de pensar ou agir que estão fixados nos hábitos e costumes de um grupo social (HODGSON, 1998). São, assim, uma variedade específica de estrutura social que detém a capacidade agir sobre os agentes no sentido de transformá-los (HODGSON, 2006). Os neo-institucionalistas entendem instituições como os sistemas dominantes de normas sociais estabelecidas que organizam as interações sociais (HODGSON, 2006). São, dessa forma, não apenas sistemas que permitem os comportamentos individuais observados ao constrangê-los, mas também são por eles modificados.

Tocqueville, por seu turno, dá ênfase aos costumes e hábitos, às instituições e ao estado social (SWEDBERG, 2009; ELSTER, 2009). O uso do termo instituição por parte de Tocqueville diverge, muitas vezes, do sentido pretendido pelos institucionalistas, segundo Swedberg (2009), dando a ele o sentido de leis e estruturas. Contudo, ele subordina tais leis e estruturas aos hábitos e costumes tanto em importância quanto temporalmente (SWEDBERG, 2009). O estado social, por fim, define a forma com que os recursos sociais, políticos e econômicos são divididos em uma sociedade.

Podemos, portanto, incluindo-se os três conceitos considerados como determinantes por Tocqueville e as relações existentes entre eles, de algum modo, aproximá-los do conceito amplo de instituições pretendido para a análise institucionalista. Em ambas as abordagens são incluídos os costumes, os hábitos, a cultura, as organizações, as regras, as normas e as leis, entre outros.

Em relação à importância analítica conferida às instituições no sentido amplo como definido acima, também é feita a comparação. Tanto para os Velhos Institucionalistas quanto para os neo-institucionalistas, as instituições são o elemento essencial para compreensão dos fenômenos sociais, com ênfase aos hábitos (HODGSON,

2006). O segundo grupo entende, como exposto por Hodgson (1998), as instituições como as mais importantes estruturas na esfera social, devido a seu papel tanto de concepções mentais subjetivas dos indivíduos como as estruturas objetivas com as quais eles são confrontados.

Para Tocqueville, nesse mesmo sentido, as instituições e os costumes são os principais elementos analíticos. Ademais, ele estabelece que as instituições - compreendidas como as leis e as estruturas - estão subordinadas aos costumes, sendo estes os importantes (SWEDBERG, 2009). Seria, assim, essencial para se compreender tanto fenômenos sociais quanto políticos e econômicos, segundo Swedberg (2009), o estudo da cultura e dos hábitos sociais. Para que os desejos humanos viessem a se realizar em ações seria necessário que houvesse, ao mesmo tempo, a oportunidade de que tal ação fosse realizada e a capacidade do indivíduo de agir. Os institucionalistas se baseiam também numa ideia similar, de que existe uma interação circular entre os indivíduos e as instituições (HODGSON, 1998). Eles entendem que as instituições através das regras impedem certos comportamentos ao mesmo tempo em que ensejam comportamentos que sem elas não seriam observados, por agirem sobre os desejos e expectativas (HODGSON, 2006).

Nessa abordagem, as perspectivas analíticas institucionalistas discutidas acima são multidisciplinares. Hodgson (1998) declara essa característica apontando a importância das influências da ciência política, da sociologia, da psicologia, da antropologia e da história. Tocqueville, por sua vez, apresenta uma análise multidimensional, apontando aspectos geográficos, históricos, sociais, políticos, psicológicos, culturais e econômicos, a ponto de ser considerado nome importante em diversas disciplinas acadêmicas que ele veio a influenciar, como ciência política, sociologia e história, por exemplo (WELCH, 2006).

É necessário apresentar um paralelo entre as percepções históricas apresentadas pelos institucionalistas e por Tocqueville. Os institucionalistas assumem um processo evolucionário, que apresente elementos de continuidade, mas permite mudanças, partindo das circunstâncias anteriores que se propagam e são influenciadas pelas transformações (HODGSON, 1998). Já Tocqueville, apesar do seu modelo de transição para a democracia, não apresenta uma perspectiva determinista, uma vez que permitia expressar realidades contraditórias e complexas (SWEDBERG, 2009). Ele afirma, sobre isso, que as comunidades, como os homens, podem agir livremente dentro de um perímetro determinado, além do qual não pode alcançar as alternativas (NISBET, 1977). Isto é,

compreende também que são impostas limitações históricas aos possíveis desenvolvimentos dos países, não existindo uma tendência em direção a resultados eficientes.

Por fim, notamos que Tocqueville, através dos conceitos de estado social, instituições e costumes considera, na sua análise, as especificidades e diferenças entre os países relacionados na obra, por exemplo ao comparar os Estados Unidos com a França ou estes com a Inglaterra. Da mesma forma, Hodgson (1998) ressalta a importância de se observar as particularidades e ambientes institucionais na construção de uma teoria. Mais do que isso, tanto na perspectiva de Tocqueville quanto na abordagem institucionalista exposta por Hodgson (1998), desenvolvem instrumentos de análise através dos conceitos utilizados por cada um e não propriamente uma teoria universal que se aplique de forma indistinta aos diversos países ou regiões.

4. Considerações Finais

O presente trabalho, por meio do exposto nos três capítulos anteriores, permite que derivemos duas conclusões em relação à obra “A democracia na América” de Alexis de Tocqueville.

Em primeiro lugar, podemos através das interpretações econômicas da obra, demonstrar a importância dos aspectos e temas de natureza econômica não só no livro em questão, mas também como importante elemento constitutivo do pensamento de Tocqueville. Dessa forma, não parece exagerado que sua contribuição às ciências sociais seja considerada também, como sugerido recentemente por alguns autores, uma contribuição ao campo da economia. Fica explícito, assim, o caráter inovador e atual do modelo analítico de Tocqueville.

Ademais, podemos incluir Tocqueville, através das análises de sua obra, em uma tradição das ciências econômicas que se posiciona de maneira crítica às abordagens da ortodoxia. Nesse sentido, a colaboração do autor francês apresenta semelhanças com a abordagem institucionalista de vertente vebleniana, se aproximando do Velho Institucionalismo e neo-institucionalista.

Tal paralelo se exprime através dos pontos compartilhados em relação à crítica aos pressupostos fundamentais do pensamento neoclássico e pela semelhança na definição dos fatores centrais a suas análises por meio da definição dos conceitos, que

apesar da diferença nos termos utilizados são compatíveis com a definição ampla de instituições apresentada pelos institucionalistas críticos analisados neste trabalho. Ainda, a obra de Tocqueville e o pensamento institucionalista se identifica nos posicionamentos multidisciplinares de interpretação dos fenômenos econômicos enquanto inseridos em um contexto social mais amplo de interação entre os indivíduos e as estruturas.

5. Referências bibliográficas:

BENOÎT, Jean-louis; KESLASSY, Eric. **Alexis de Tocqueville: textes économiques**: anthologie critique. 2. ed. Québec: Canada, 2009.

BOESCHE, Roger. Tocqueville and Le Commerce: a newspaper expressing his unusual liberalism. **Journal of The History of Ideas**, Philadelphia, v. 44, n. 2, p.277-292, Apr./June 1983.

DAVID, Paul A. Why are institutions the 'carriers of history'? Path dependence and the evolution of conventions, organizations and institutions. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 5, n. 2, p.205-220, dez. 1994.

DROLET, Michael. Democracy and political economy: Tocqueville's thoughts on J.-B. Say and T.R. Malthus. **History of European Ideas**, Londres, v. 29, n. 2, p.159-181, 2003.

EGGERTSSON, Thrainn. **Economic behavior and institutions**. New York: Cambridge University Press, 1990.

ELSTER, John. **Alexis de Tocqueville: the first social scientist**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions. **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p.1-25, mar. 2006.

_____. Institutional economic theory: the old versus the new. **Review of Political Economy**, v. 1, n. 3, p.249-269, nov. 1989.

_____, Geoffrey M. INSTITUTIONAL ECONOMICS: SURVEYING THE 'OLD' AND THE 'NEW'. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p.1-28, fev. 1993.

_____. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p.166-192, mar. 1998.

NELSON, Richard; SAMPAT, Bhaven. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. **Revista de Economía Institucional**, v. 5, n. 10, p.17-51, 2001.

NISBET, Robert. Many Tocquevilles. **The American Scholar**, Washington, v. 46, n. 1, p.59-75, 1977.

SMITH, Brian. Smith and Tocqueville on the commercial ethos. **Journal of Markets and Morality**, Grand Rapids, v. 13, n. 1, p.29-44, 2010.

SWEDBERG, Richard. **Tocqueville's Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

_____. Tocqueville as economic sociologist? **The Tocqueville Review/ La Revue Tocqueville**, Toronto, v. 27, n. 1, p.131-167, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. 2. ed. Chicago: The Chicago University Press, 2002. Edição e tradução de: Harvey C. Mansfield e Delba Winthrop.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. 17. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WELCH, Cheryl B. (Ed.). **The Cambridge Companion to Tocqueville**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2007.